

HABEAS CORPUS Nº 549.222 - PR (2019/0359778-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ANDREA PEREIRA ROSA DA SILVA
ADVOGADO : ANDRÉA PEREIRA ROSA - PR044151
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : DANIELA FERNANDA MUNIZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de DANIELA FERNANDA MUNIZ contra acórdão Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no HC n. 0052091-85.2019.8.16.0000.

Extraí-se dos autos que a paciente foi presa preventivamente em 04/7/2019 e denunciada pela prática, em tese, dos crimes previstos no art. 33, *caput* c/c art. 40, inciso III e 35, *caput*, c/c art. 40, inciso III, todos da Lei n. 11.343/06 e art. 14, *caput*, da Lei n. 10.826/03 (crime de tráfico de entorpecentes, associação para o tráfico e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido). O pleito de revogação da prisão fora indeferido pelo Juízo de primeiro grau.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS – CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO – PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA – ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL NA DECISÃO - DECRETO DA PRISÃO PREVENTIVA COM FUNDAMENTO NA HIPÓTESE CONTIDA NO ARTIGO 312, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – GRAVIDADE DO DELITO – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – PACIENTE QUE POSSUI REITERADO ENVOLVIMENTO EM INFRAÇÕES PENAIS – DECRETO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO – INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – SEGREGAÇÃO QUE NÃO INDUZ CULPA, MAS NECESSIDADE DE ORDEM PÚBLICA – PLEITO PELA CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR, SEGUNDO DISPÕE O ART. 318, INCISO V, DO CPP – CIRCUNSTÂNCIAS GRAVES – MENORES EXPOSTOS AOS DELITOS –PRESCINDIBILIDADE DA PRESENÇA DA REQUERENTE PARA FINS DE CUIDADO DOS INIMPUTÁVEIS – ORDEM DENEGADA.

Superior Tribunal de Justiça

No presente *writ*, a impetrante sustenta ser cabível no caso dos autos a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.

Aduz, ainda, que a paciente tem dois filhos menores de 12 anos, razão pela qual a custódia deve ser convertida em domiciliar, nos termos do art. 318 do CPP e do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento do HC coletivo n. 143.641/SP.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, a substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares diversas da prisão, ou conversão da preventiva em domiciliar.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris e do periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator